



Ourofino S.A. (anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.) e Controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e relatório dos auditores independentes.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ourofino S.A. (anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.)

Cravinhos – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ourofino S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ourofino S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas

profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita

Veja a Nota 5.13 e 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) atuam no segmento de saúde animal, especificamente no desenvolvimento, produção e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção e de companhia, e sua receita decorre substancialmente desta atividade.</p> <p>A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, momento em que a satisfação da obrigação de performance ocorre. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da Administração do Grupo uma análise detalhada dos termos e condições das vendas.</p> <p>Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido ao risco de reconhecimento antecipado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil, além do valor envolvido, do volume de transações e dos respectivos controles internos envolvidos no processo de reconhecimento da receita do Grupo.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>(a) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos automatizados, bem como a efetividade dos controles do Grupo no reconhecimento de receita durante o exercício e no período de fechamento contábil. Realizado com o envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado.</p> <p>(b) teste documental, em base amostral, sobre a existência e precisão das receitas reconhecidas pelo Grupo, bem como se elas foram contabilizadas quando da satisfação da obrigação de performance.</p> <p>(c) projeção, de forma independente, dos saldos de receita de venda tendo como base o volume vendido e ticket médio calculado.</p> <p>(d) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajuste, devido o reconhecimento de receitas faturadas e não entregues, o qual não foi registrado pela Administração do Grupo por terem sido considerados imateriais.</p> <p>Baseados nos procedimentos efetuados sobre o reconhecimento de receita, assim como as respectivas divulgações, e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento de receita é aceitável, no contexto das demonstrações financeiras</p>

individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 5 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou

erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da

auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 11 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

Ourofino S.A. (anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.)

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	120.710	6.447	233.957	304.029
Contas a receber de clientes	7			354.295	263.035
Instrumentos financeiros derivativos	28.1				546
Estoques e adiantamentos a fornecedores	8			265.432	207.888
Tributos a recuperar	9	2.158	4.658	13.185	16.306
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		954		17.966	15.215
Partes relacionadas	25	39.631	22.590	146	15.120
Outros ativos		412		6.612	6.750
Total do ativo circulante		163.865	33.695	903.904	828.889
Não circulante					
Tributos a recuperar	9			302	462
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10			31.284	21.888
Estoques e adiantamentos a fornecedores	8			16.414	
Outros ativos		250	250	1.025	1.963
Total do realizável a longo prazo		250	250	36.714	24.313
Investimentos em controladas					
Imobilizado	12	641.141	664.281	337.343	333.146
Intangível	13	102	32	106.745	92.661
Total do ativo não circulante		641.493	664.563	480.802	450.120
Total do ativo		805.358	698.258	1.384.706	1.279.009

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Circulante					
Fornecedores	14	341	43	113.048	74.558
Instrumentos financeiros derivativos	28.1			322	181
Empréstimos e financiamentos	15			56.890	98.852
Salários e encargos sociais		1.646	301	44.420	30.212
Tributos a recolher		4.469	4.159	11.722	10.825
Impostos de renda e contribuição social a pagar		376		3.807	
Partes relacionadas	25	113	52	95	338
Dividendos e juros sobre o capital próprio	25	31.903		31.903	
Arrendamentos		73	25	6.024	2.553
Comissões sobre vendas				6.534	5.335
Outros passivos		416	32	16.490	9.802
Total do passivo circulante		39.337	4.612	291.255	232.656
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15			302.464	333.122
Provisão para processos judiciais	16			6.042	5.022
Arrendamentos		42		9.754	2.968
Outros passivos		9.581	4.272	18.772	15.846
Total do passivo não circulante		9.623	4.272	337.032	356.958
Total do passivo		48.960	8.884	628.287	589.614
Patrimônio líquido					
Capital social	17	599.823	599.823	599.823	599.823
Ações em tesouraria		(5.125)	(5.125)	(5.125)	(5.125)
Opções outorgadas		7.693	8.013	7.693	8.013
Reservas de lucros		135.064	69.708	135.064	69.708
Ajustes de avaliação patrimonial		18.943	16.955	18.943	16.955
Total do patrimônio líquido dos controladores		756.398	689.374	756.398	689.374
Participação dos não controladores				21	21
Total do patrimônio líquido		756.398	689.374	756.419	689.395
Total do passivo e do patrimônio líquido		805.358	698.258	1.384.706	1.279.009

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ourofino S.A.

(anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.)

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	18			1.024.792	943.281
Custo das vendas	19			(507.107)	(511.548)
Lucro bruto				517.685	431.733
Despesas com vendas	19			(226.501)	(215.610)
Despesas com pesquisas e inovação	19			(49.448)	(59.696)
Despesas gerais e administrativas	19	(14.328)	(8.974)	(64.079)	(58.468)
Resultado de equivalência patrimonial	11	153.003	(40.237)		
Outras receitas (despesas), líquidas	20	(12)	(15)	9.175	(16.948)
Lucro (prejuízo) operacional		138.663	(49.226)	186.832	81.011
Receitas financeiras		1.489	1.433	30.576	29.289
Despesas financeiras		(4.426)	(2.182)	(39.837)	(58.531)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos				(1.196)	1.785
Variações cambiais, líquidas				728	698
Resultado financeiro	21	(2.937)	(749)	(9.729)	(26.759)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		135.726	(49.975)	177.103	54.252
Imposto de renda e contribuição social Correntes	22	(1.396)		(52.019)	(91.888)
Diferidos				9.245	(12.340)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		134.330	(49.975)	134.329	(49.976)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				134.330	(49.975)
Participação dos não controladores				(1)	(1)
				134.329	(49.976)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação atribuível aos acionistas durante o exercício (em Reais)	23			2,49833	(0,92946)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ourofino S.A.

(anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.)

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		134.330	(49.975)	134.329	(49.976)
Outros componentes do resultado abrangente					
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Variação cambial reflexa de investimento	11	1.988	2.469	1.989	2.472
Total do resultado abrangente do exercício		136.318	(47.506)	136.318	(47.504)
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				136.318	(47.506)
Participação dos não controladores					2
				136.318	(47.504)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ourofino S.A. (anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais



Nota	Atribuível aos acionistas da Controladora									Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Incentivos de longo prazo outorgados	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total		
				Reserva legal	Reserva para contingências	Reserva de retenção de lucros					
Em 1º de janeiro de 2024	599.823	(5.125)	8.013	29.724		39.984	16.955		689.374	21	689.395
Resultado abrangente do exercício:											
Lucro líquido do exercício								134.330	134.330	(1)	134.329
Varição cambial reflexa de investimento							1.988		1.988	1	1.989
Total do resultado abrangente do exercício							1.988	134.330	136.318		136.318
Contribuições e distribuições para acionistas:											
Juros sobre o capital próprio e dividendos distribuídos									(32.975)		(32.975)
Incentivo de longo prazo outorgado			(320)						(320)		(320)
Destinação do lucro:											
Reserva legal				6.717					(6.717)		
Juros sobre o capital próprio e dividendos								(35.999)	(35.999)		(35.999)
Lucros a disposição da Assembleia								91.614	(91.614)		
Total de contribuições dos acionistas			(320)	6.717				58.639	(134.330)		(69.294)
Em 31 de dezembro de 2024	599.823	(5.125)	7.693	36.441		98.623	18.943		756.398	21	756.419
Em 1º de janeiro de 2023	458.102	(5.125)	7.083	29.724		231.680	14.486		735.950	19	735.969
Resultado abrangente do exercício:											
Prejuízo do exercício								(49.975)	(49.975)	(1)	(49.976)
Varição cambial reflexa de investimento							2.469		2.469	3	2.472
Total do resultado abrangente do exercício							2.469	(49.975)	(47.506)	2	(47.504)
Contribuições e distribuições para acionistas:											
Aumento de capital com reservas de lucros	141.721										
Reratificação da destinação do lucro encerrado em 31 de dezembro de 2022											
Realização da reserva de contingência						89.959	(89.959)				
Incentivo de longo prazo outorgado			930					89.959			930
Destinação do lucro:											
Lucros a disposição da Assembleia								39.984	(39.984)		
Total de contribuições dos acionistas	141.721		930					49.975	930		930
Em 31 de dezembro de 2023	599.823	(5.125)	8.013	29.724		39.984	16.955		689.374	21	689.395

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.





Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	134.330	(49.975)	134.329	(49.976)
Ajustes de:				
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22	1.396	42.774	104.228
Perdas com créditos esperados	7		(58)	369
Provisão para perdas e baixas de estoques			32.869	29.017
Equivalência patrimonial	11	(153.003)	40.237	
Depreciação e amortização	12 e 13	46	26	37.683
Provisão para <i>impairment</i> de ativo intangível	13		3.079	1.958
Provisão para <i>impairment</i> de mais valia - combinação de negócio				7.044
Baixa de Ágio (<i>Goodwill</i>)				18.094
Reversão de obrigações por aquisição de investimento				(5.153)
Resultado nas baixas de imobilizado	20		(441)	(307)
Resultado nas baixas de ativo intangível	20		(1.045)	(486)
Variações monetárias, cambiais e juros, líquidos		2	28.537	53.772
Instrumentos financeiros derivativos			1.196	(1.785)
Provisão (reversão) para processos judiciais	16		862	(826)
Incentivos de longo prazo		5.563	3.026	7.199
Ajuste a valor presente		16	14	3.441
				1.630
Variação no capital circulante:				
Contas a receber de clientes			(87.092)	38.640
Estoques e adiantamentos a fornecedores			(106.262)	91.080
Tributos a recuperar		4.465	1.263	(2.943)
Outros ativos		(412)	(2)	1.254
Fornecedores		359	(54)	38.907
Tributos a recolher		(746)	(349)	2.962
Outros passivos		1.450	(1.324)	17.413
				(20.008)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos			(28.116)	(33.569)
Juros pagos de arrendamentos		(8)	(10)	(1.316)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(50.628)	(113.938)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(6.542)	(7.148)	73.936
				190.301
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aplicações de recursos em ativos intangíveis	13		(26.897)	(22.759)
Aquisição de imobilizado	12		(17.799)	(24.918)
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio (i)		139.000	24.600	
Valor recebido pela venda de imobilizado			770	10.040
Valor recebido pela venda de intangível			1.042	500
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		139.000	24.600	(42.884)
				(37.137)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:				
Obtenção de empréstimos e financiamentos	27		31.544	94.681
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	27		(109.207)	(79.427)
Pagamentos de arrendamentos		(27)	(37)	(5.827)
Pagamento à prazo na aquisição de empresa				(4.610)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	29	(18.168)	(23.408)	(18.168)
Instrumentos financeiros derivativos realizados	27		(509)	1.356
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(18.195)	(23.445)	(102.167)
				(14.356)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido		114.263	(5.993)	(71.115)
				138.808
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.447	12.440	304.029
Ganhos cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa			1.043	185
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	120.710	6.447	233.957
				304.029

(i) Os recebimentos de dividendos e juros sobre o capital próprio na Controladora são classificados como atividades de investimento por se tratar de retornos sobre investimentos.

As transações das atividades de financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 27.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Ourofino S.A.

(anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.)

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas:				
			1.122.899	1.026.696
			2.702	(804)
			19.484	13.491
7 e 16			58	(369)
			1.145.143	1.039.014
Insumos adquiridos de terceiros:				
			(377.074)	(344.778)
	(2.690)	(1.070)	(248.175)	(255.347)
			(36.517)	(49.868)
Valor adicionado (distribuído) bruto	(2.690)	(1.070)	483.377	389.021
Depreciação e amortização				
12 e 13	(46)	(26)	(37.683)	(36.189)
Valor adicionado (distribuído) líquido produzido pela entidade	(2.736)	(1.096)	445.694	352.832
Valor adicionado recebido em transferência:				
11	153.003	(40.237)		
	1.518	1.433	47.220	40.214
	200	200	205	205
	7	7	1.473	1.171
Valor adicionado total a distribuir	151.992	(39.693)	494.592	394.422
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
	9.507	6.269	165.521	164.513
	188	198	30.506	34.702
	124	123	11.783	15.506
Impostos, taxas e contribuições:				
	7.670	3.532	77.422	151.881
	17	12	19.021	9.083
	3	1	634	590
Remuneração de capitais de terceiros:				
	117	146	51.444	64.234
	36	1	3.732	3.862
			200	27
Remuneração de capitais próprios:				
	98.331	(49.975)	98.331	(49.975)
	35.999		35.999	
			(1)	(1)
Valor adicionado distribuído	151.992	(39.693)	494.592	394.422

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.





1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Ourofino S.A. (anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.) ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Cravinhos, estado de São Paulo. A Companhia tem ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") atuam no segmento de saúde animal, especificamente no desenvolvimento, produção e comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção e de companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de julho de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram, entre outros temas, a alteração da denominação social de "Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A." para "Ourofino S.A." e a complementação das atividades existentes no objeto social da Companhia.

Nesta mesma Assembleia, foi aprovado o "Protocolo e Justificação da Incorporação" da controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda. pela Companhia, condicionado ao cumprimento de determinadas condições suspensivas.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada para divulgação pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2025.

(i) Subvenção para investimentos

Em 26 de abril de 2023, foi concluído o julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça ("STJ") sobre o Tema 1.182. O STJ decidiu que os benefícios fiscais de isenção e redução da base de cálculo do ICMS somente podem ser excluídos nas apurações da base de cálculo do IRPJ e da CSLL se observados os requisitos previstos no artigo 10 da Lei Complementar 160/2017 e no artigo 30 da Lei 12.973/2014. O acórdão com os votos dos ministros do STJ sobre o julgamento em questão foi publicado em 12 de junho de 2023.

Naquele momento, os assessores jurídicos da Companhia analisaram o acórdão do julgamento e concluíram que, uma vez que a questão envolvia uma matéria constitucional, seria provável que a tese do pacto federativo fosse reavaliada pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"). No entanto, considerando referida decisão do STJ, que alterava a jurisprudência anterior sobre o tema em questão, e o prognóstico da perda possível (êxito "more likely than not") foi reavaliado para perda provável, resultando no provisionamento contábil e posterior pagamento do imposto de renda e da contribuição social relativos aos valores de subvenção para investimentos excluídos na apuração entre os anos de 2019 e 2022, no montante atualizado de R\$89.432, sendo R\$74.625 de principal e R\$15.553 de atualização monetária. A Companhia também deixou de utilizar o benefício da subvenção a partir do segundo trimestre de 2023.

Em 10 de outubro de 2023, a controlada Ouro Fino Agronegócio Ltda. foi notificada pela Receita Federal do Brasil ("RFB") a respeito do lançamento tributário (auto de infração) do IRPJ e da CSLL, sob o argumento de uma exclusão indevida na determinação do lucro real, oriundo das subvenções para investimento excluídas da apuração entre os anos de 2019 e 2022. Na constituição, o referido auto de infração teve sua exigibilidade suspensa decorrente de decisão judicial favorável





que reconhecia seu direito de excluir os valores referentes aos benefícios fiscais de ICMS previstos no Convênio ICMS 100/97 da apuração do IRPJ e da CSLL, independentemente do enquadramento como subvenção para investimento ou custeio e do cumprimento dos requisitos do art. 30 da Lei n 12.973/14.

Em 27 de outubro de 2023, foi publicado o acórdão nos autos do mandado de segurança citado acima, dando provimento à apelação da União, adotando o entendimento lançado pelo Superior Tribunal de Justiça nos paradigmas REsps nº 1.945.110/RS e nº 1.987.158/SC (tema 1182). Com isso, foi restabelecida a exigibilidade do crédito tributário discutido no mandado de segurança (IRPJ e a CSLL) dos fatos geradores ocorridos a partir de janeiro/2019).

Neste contexto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria do Grupo decidiu-se pelo pagamento do auto de infração, que foi realizado em 14 de novembro de 2023 no montante de R\$90.178, sendo R\$74.625 de principal e R\$15.553 de atualização monetária.

- (ii) Impacto da tragédia climática do Rio Grande do Sul na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

No início de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul foi atingido por fortes chuvas que resultaram em impactos significativos para a população chamando atenção de todo o país.

Diante disso, em 20 de junho de 2024, a CVM publicou o ofício circular nº 1/2024/CVM/SNC/GNC, que orienta as Companhias em relação aos aspectos relevantes a serem observados em suas demonstrações contábeis. Neste contexto, a Diretoria do Grupo informa que até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não foram identificados impactos significativos em suas operações.





1.2. Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras, consolidadas, da Companhia e suas controladas elaboradas a cada período. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta ou tenha direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e (iii) tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Veja política contábil na nota explicativa 5.1.

Segue abaixo as controladas do Grupo.

	Nome	País	Negócio	2024		2023	
				Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
(i)	Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	Brasil	Pesquisa, desenvolvimento, industrialização e a comercialização de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários. A comercialização no mercado interno ocorre com a empresa mencionada no item (ii). A comercialização no mercado externo é realizada diretamente com terceiros e por meio das empresas mencionadas nos itens (iii) e (iv). Também presta serviços de industrialização por encomenda de terceiros.	99,99%		99,99%	
(ii)	Ouro Fino Agronegócio Ltda.	Brasil	Comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção e animais de companhia adquiridos da empresa mencionada no item (i) e (v) e de	100,00%		99,99%	
(iii)	Ouro Fino de México, S.A. de CV	México	Comercialização de medicamentos e outros produtos veterinários, exclusivamente no mercado mexicano, adquiridos da empresa mencionada no item (i).		99,92%		99,92%
(iv)	Ouro Fino Colômbia S.A.S	Colômbia	Comercialização de medicamentos e outros produtos veterinários, exclusivamente no mercado colombiano, adquiridos da empresa mencionada no item (i).		100,00%		100,00%
(v)	Regenera Medicina Avançada Ltda.	Brasil	Pesquisa, desenvolvimento, industrialização e comercialização de protocolos terapêuticos envolvendo células tronco mesenquimais e derivados para animais de companhia.		100,00%		100,00%





1.3. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às Normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("*BR GAAP*").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, e o patrimônio líquido e resultado da controladora constantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as *IFRSs* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As políticas contábeis materiais aplicados na preparação destas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da demonstração do valor adicionado ("*DVA*"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A *DVA* foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As *IFRSs* não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência, pelas *IFRSs*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

1.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual as empresas atuam ("a moeda funcional") sendo substancialmente o Real, exceto pelo mencionado na Nota 5.2 (b) e, portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas nessa moeda.





2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Diretoria no processo de aplicação das políticas contábeis.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Diretoria faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Perdas de créditos esperadas

O método consiste em avaliar as mudanças na qualidade dos créditos desde seu reconhecimento inicial, considerando três estágios: (i) Perda esperada no momento inicial; (ii) Aumento significativo no risco de crédito após o reconhecimento inicial; e (iii) Ativos com crédito deteriorado.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, respectivamente calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas, foram contabilizados com base em expectativa de realização futura, baseada em projeções de resultados preparadas pela Diretoria, que consideram o desenvolvimento normal dos negócios e mercados de atuação, de acordo com os cenários atualmente conhecidos.

c) Perda (“impairment”) do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

d) Provisão para processos judiciais

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que





alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e) Valor justo do Plano de Remuneração baseado em Ações

(i) Plano de Incentivo de Longo prazo – “ILP”

O valor justo das ações foi calculado utilizando a simulação de Monte Carlo, o qual, leva em consideração a volatilidade histórica da ação e a curva de aceleração/ penalização da quantidade entregue em função da performance. Considerando sua característica, esse plano é remensurado e seus impactos contábeis são reavaliados a cada período de reporte.

(ii) Plano de Incentivo de Longo prazo – “Phantom Units”

O valor justo do Plano foi calculado com base no maior entre o valor da ação ou múltiplos de EBITDA e será remensurado ao término de cada período.

f) Perda (“*impairment*”) do ativo intangível

(i) Desenvolvimento e registro de produtos

Anualmente, a Diretoria do Grupo avalia a recuperabilidade (“*impairment*”) dos saldos de intangíveis de desenvolvimento e registro de produtos, sempre que praticável, por meio do método de fluxo de caixa descontado, considerando dentre outros aspectos:

- Premissas de geração futura de receitas, fundamentadas nos tamanhos dos mercados (atual e previsto), e na participação de mercado que o Grupo espera atingir;
- Estimativas dos custos diretos e indiretos de fabricação;
- Gastos associados à comercialização, tais como, despesas de marketing, comissões e fretes e armazenagens.

O exercício das projeções abrange cinco ou mais anos, a partir da data estimada de lançamento dos produtos e estimativa do ciclo de vida do produto, desenvolvimento de mercado e grau de inovação tecnológica associada. O registro das provisões é feito quando o valor de recuperação (valor presente líquido do fluxo de caixa) for inferior ao valor do ativo registrado, de acordo com a política contábil do Grupo apresentada na Nota 5.9. A avaliação sobre a recuperabilidade dos saldos leva em consideração aspectos estratégicos, técnicos e de mercado.

(ii) Ágio (*Goodwill*) na aquisição de empresa

O ágio gerado em uma combinação de negócio é um ativo intangível de vida útil indefinida e é submetido a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor.

A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGC.





Na avaliação da recuperabilidade do ágio (*goodwill*) são consideradas projeções de fluxos de caixa que abrange cinco ou mais anos, e esses cálculos usam projeções baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração e quando aplicável, são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto, geralmente o *WACC – Weighted Average Cost of Capital*.

g) Provisão para perdas dos estoques

A provisão para perdas dos estoques é reconhecida quando existe incerteza quanto à realização destes saldos. São provisionados os produtos que estão próximos do vencimento, vencidos e/ ou avariados.

3. MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.





A determinação do valor justo ("fair value") dos instrumentos financeiros contratados pelo Grupo é efetuada com base em demonstrações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apuração no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro.

A Diretoria do Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes menos as perdas esperadas e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando prazo e natureza. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando contratados, são mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível de hierarquia, geralmente são classificados no Nível 2 "Outros dados significativos observáveis".

4. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS DO GRUPO

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

5.1 Base de consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

- a) Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.





- b) Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.
- c) Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.
- d) Combinação de negócios é registrado utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente pela avaliação de perda por redução ao valor recuperável. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívidas ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

5.2 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como "receita ou despesa financeira".

b) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente do real

Os resultados e a posição financeira da Ouro Fino de México, S.A. de CV e Ouro Fino Colômbia S.A.S (controladas da Ouro Fino Saúde Animal Ltda.), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:





- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

5.3 Ativos financeiros

5.3.1 Classificação

A Diretoria do Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: custo amortizado e mensurados a valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

a) Custo amortizado

Os ativos financeiros que são classificados como custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo e que não sejam classificados como ao valor justo por meio de resultado. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros classificados como custo amortizado compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e equivalentes de caixa.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os derivativos são categorizados como mantidos para negociação, e, portanto, são classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

5.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.





Os ativos financeiros que são mensurados ao custo amortizado utilizam o método da taxa efetiva de juros.

5.3.3 “Impairment” de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Diretoria avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um conjunto de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou conjunto de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e caso aquele evento (ou eventos) de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e desde que tal impacto possa ser estimado de maneira confiável.

Segundo o CPC 48/IFRS 9 “Instrumentos financeiros”, o modelo de *impairment* para ativos financeiros trata-se de perdas esperadas e tendo em vista a baixa inadimplência histórica, este critério não trouxe efeitos relevantes para o Grupo.

5.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda, incluindo quando aplicável, as variações cambiais e atualizações monetárias incorridas, deduzidas das perdas de créditos esperadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

5.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio das compras ou da produção ou o valor líquido de realização. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada fixa. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos das matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos de execução e os custos estimados necessários para efetuar as vendas. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada operação.

5.6 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

Os encargos de impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam. As alíquotas atualmente aplicáveis no Brasil para o imposto de renda e para a contribuição social são de 25% e 9%, respectivamente.





O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais acumulados, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. São determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço, que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido ativo for ser realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for ser liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

A interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais e só se aplica ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

Até 31 de março de 2023, a Diretoria do Grupo reconhecia a dedutibilidade fiscal dos valores de incentivos fiscais referente a saídas com isenção de ICMS nas operações dentro do estado de SP e saídas com redução de 60% na base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais (Convênio ICMS 100/97), segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, porém a partir do julgamento do STJ realizado em 26 de abril de 2023 onde decidiu-se que tais incentivos fiscais de isenção e redução da base de cálculo do ICMS somente podem ser excluídos nas apurações da base de cálculo do IRPJ e da CSLL se observados os requisitos previstos no artigo 10 da Lei Complementar 160/2017 e no artigo 30 da Lei 12.973/2014, os assessores jurídicos do Grupo reavaliaram o prognóstico da perda possível (êxito "more likely than not") para perda provável.

Neste contexto, levando em consideração o escopo da IFRIC 23, a Diretoria do Grupo deixou de utilizar os incentivos fiscais em suas apurações do IRPJ e da CSLL e reconheceu na demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2023, a perda do IRPJ e CSLL relativos à subvenção utilizada entre os anos de 2019 e 2022 (Nota 1.1 (i)).

5.7 Ativos intangíveis

a) Pesquisa e desenvolvimento de produtos

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesa quando incorridos. Os gastos incorridos com desenvolvimento de produtos são reconhecidos como ativos intangíveis somente se o custo puder ser mensurado de modo confiável e quando for provável que eles tragam benefícios futuros.

A Diretoria do Grupo avalia seus projetos com base em metodologia própria, passando por vários marcos de análises e estudos clínicos. Sendo assim, os projetos são considerados bem-sucedidos a partir do desenvolvimento de "lotes piloto" e testes em campo, efetuados de acordo com os requerimentos dos





órgãos reguladores, acompanhados de análises de viabilidade financeira e técnica.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados, desde o início da comercialização do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado, o qual é em média 10 anos.

Os custos dos encargos sobre os empréstimos tomados para financiar um projeto são capitalizados durante o período necessário para desenvolver os produtos.

b) Marcas e licenças adquiridas

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas e licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear durante sua vida útil estimada de, aproximadamente, 10 anos.

c) Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos pelo método linear.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

d) Ágio ("Goodwill") na aquisição de controladas

O ágio ("Goodwill") resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, e (ii) o valor justo na data da aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar perdas ("impairment"). O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por "impairment". Perdas por "impairment" reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

5.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado nas controladas para refletir o custo atribuído de terras e terrenos na data de transição para IFRS e é depreciado pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil econômica dos respectivos componentes. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 12. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos.

Se o valor contábil de um ativo for maior que o recuperável, constitui-se uma





provisão para "impairment" de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os custos dos encargos sobre os empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

5.9 "Impairment" de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existiam fluxos de caixa identificáveis separadamente.

5.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no prazo de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

5.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), usando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

5.12 Benefícios a empregados

a) Previdência privada

O Grupo patrocina um plano previdenciário do tipo "contribuição definida" para seus empregados. Nos planos de contribuição definida, as empresas pagam contribuições ao plano de pensão de administração privada em bases contratuais e assim que as contribuições tiverem sido realizadas, as empresas não têm obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.



**b) Participação nos lucros**

As provisões são calculadas com base nas metas quantitativas e qualitativas definidas pela Diretoria e contabilizadas em contas de despesas com pessoal no resultado do exercício.

(c) Remuneração com base em ações

A Companhia possui, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, planos de remuneração baseado em ações ("Stock Options", "ILP" e "Phantom Units") Nota 17 ((d) e (e)) e 24 (c). As despesas dos Planos são reconhecidas no patrimônio líquido quando liquidadas com ações e em outros passivos circulantes e não circulantes quando liquidadas em caixa, já os encargos são reconhecidos em outros passivos não circulantes durante o período da carência.

5.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, substituindo o princípio de riscos e benefícios.

As receitas de venda são ajustadas para refletir os efeitos de um componente de financiamento significativo quando se espera, no início do contrato, que o período compreendido entre a comercialização de produtos e serviços e o momento em que o cliente paga por esses produtos ou serviços é superior a um ano. Quando aplicável, o ajuste a valor presente nas operações de venda a longo prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização é registrada na rubrica de "Receita Financeira", pela fruição do prazo.

5.14 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e os juros sobre o capital próprio para os acionistas são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio, em virtude de em substância representar redução da taxa efetiva de imposto de renda e de contribuição social, é reconhecido na demonstração de resultado.

5.15 Operações de Arrendamento Mercantil

As contabilizações dos arrendamentos exigem dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos que dão direito ao controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma, como (i) contratos com prazo inferior ou igual a doze meses e (ii) contratos que possuam valor imaterial ou tenham como base valores variáveis.



**5.16 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

(b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).



**6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por saldos em caixa, bancos e por aplicações financeiras em Operações Compromissadas e CDB com atualização média de 98,0% da variação da taxa dos Certificados de Depósito Interfinanceiro (CDI) (2023 – atualização média de 102,0% do CDI).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa:				
Em moeda local			12	10
Em moeda estrangeira			85	75
			97	85
Bancos:				
Em moeda local	35	40	5.007	4.468
Em moeda estrangeira			5.595	9.345
	35	40	10.602	13.813
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (i):				
Em moeda local				
CDB	36.926	6.396	132.969	278.240
Compromissadas e outros	83.749	11	90.289	11.891
	120.675	6.407	223.258	290.131
Total de caixa e equivalentes de caixa	120.710	6.447	233.957	304.029

(i) As aplicações financeiras equivalentes de caixa no montante de R\$223.258 (2023 - R\$290.131) tem como principal objetivo a manutenção da liquidez do Grupo para fazer frente às necessidades das atividades operacionais. Tais aplicações possuem característica de resgate imediato e sem perda de rentabilidade.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

	2024	2023
Em moeda local		
Contas a receber	326.947	246.744
Perdas de créditos esperadas	(1.375)	(2.445)
	325.572	244.299
Em moeda estrangeira		
Contas a receber	28.723	18.736
	28.723	18.736
Circulante	354.295	263.035





A análise por vencimentos está representada abaixo:

	2024	2023
A vencer:		
Até três meses	270.493	211.074
De três a seis meses	77.797	43.831
Em mais de seis meses	4.061	6.300
	<u>352.351</u>	<u>261.205</u>
Vencidos:		
Até três meses	1.951	1.740
De três a seis meses		101
Em mais de seis meses	1.368	2.434
	<u>3.319</u>	<u>4.275</u>
	355.670	265.480

A Diretoria do Grupo adotou a mensuração da perda de crédito esperada com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias representam um relevante indicativo de perda, e são avaliados individualmente, considerando as garantias existentes.

A movimentação das provisões de perdas esperadas está apresentada como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	2.445	2.195
Adições (reversões), líquidas	(58)	369
Variação cambial	1	4
Baixas	(1.013)	(123)
Saldo final	1.375	2.445

A constituição e a reversão das perdas esperadas das contas a receber foram registradas no resultado como "Despesas com vendas" (Nota 19). Anualmente, a Diretoria do Grupo analisa o saldo provisionado e os valores são baixados da conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos.



**8. ESTOQUES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES (CONSOLIDADO)**

	2024	2023
Produtos acabados	88.664	87.208
Matérias-primas	76.369	53.252
Materiais de embalagem	20.476	18.126
Produtos semi acabados e em elaboração	19.594	13.198
Importações em andamento	30.288	11.350
Adiantamentos a fornecedores	6.894	1.671
Outros	23.147	23.083
Total circulante	265.432	207.888
Adiantamentos a fornecedores	16.414	
Total não circulante	16.414	

Os estoques foram reduzidos ao valor recuperável líquido. As reduções dos saldos contábeis e as reversões estão incluídas no "Custo das Vendas".

A movimentação das provisões para perdas nos estoques está apresentada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	22.319	7.458
Adições, líquidas (i)	23.577	17.348
Baixas	(7.384)	(2.501)
Variação cambial	(4)	14
Saldo final	38.508	22.319

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram provisionados os lotes residuais da vacina contra Febre Aftosa, no montante de R\$6.525, levando em consideração o ofício publicado em 30 de abril de 2024 pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), proibindo sua comercialização em todo território brasileiro, além do provisionamento para perdas relativos aos produtos da linha de biológicos.



**9. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS			4.482	1.876
IRRF	2.085	4.585	2.084	6.925
PIS e COFINS			1.212	2.998
ICMS, PIS e COFINS sobre aquisições de imobilizado			360	832
IPI			825	176
Outros	73	73	4.524	3.961
Total	2.158	4.658	13.487	16.768
Circulante	2.158	4.658	13.185	16.306
Não circulante			302	462

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS (CONSOLIDADO)

a) Composição, natureza e realização dos tributos diferidos

	2024	2023
Créditos tributários sobre:		
Prejuízos fiscais acumulados e bases negativas		1.941
Diferenças temporárias		
Provisões	36.249	18.564
<i>Provisão para perdas de estoques</i>	14.589	8.179
<i>Provisões de despesas com pessoal</i>	10.774	4.734
<i>Provisão de comissões</i>	3.720	2.305
<i>Provisão para processos judiciais</i>	1.219	926
<i>Provisão para impairment de ativo intangível</i>	1.714	623
<i>Provisão para perdas esperadas</i>	453	826
<i>Outros</i>	3.780	971
Lucro não realizado nos estoques	8.269	8.550
Instrumentos financeiros derivativos		62
Mais valia - combinação de negócios	918	816
	45.436	29.933
Débitos tributários sobre:		
Diferenças temporárias		
Custo atribuído a terras e terrenos	(7.878)	(7.878)
Gastos com ativos gerado internamente (Lei do bem)	(6.274)	
Provisões		(167)
<i>Outros</i>		(167)
	(14.152)	(8.045)
Total do ativo, líquido	31.284	21.888

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados líquidos por empresa no balanço patrimonial.





A movimentação líquida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	2024	2023
Saldo inicial	21.888	34.069
Prejuízos fiscais acumulados e bases negativas	(1.941)	537
Instrumentos financeiros derivativos	(62)	62
Provisões	17.701	(9.846)
Lucro não realizado nos estoques	(281)	(3.460)
Gastos com ativos gerado internamente	(6.274)	
Mais valia - combinação de negócios	102	114
Depreciação acelerada		253
Variação cambial (*)	151	159
Saldo final	31.284	21.888

(*) Refere-se ao ajuste de conversão das controladas Ouro Fino de México, S.A. de CV e Ouro Fino Colombia S.A.S reconhecidas no patrimônio líquido.

Na controladora, os ativos fiscais diferidos não são reconhecidos por não ser provável que tenha lucros tributáveis futuros disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o total do ativo diferido de imposto de renda e da contribuição social acumulados sobre prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos é de R\$49.598 (2023 - R\$49.596).

11. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

a) Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial	664.281	723.467
Resultado de equivalência patrimonial	153.003	(40.237)
Incentivo de longo prazo	(305)	582
Juros sobre o capital próprio (i)	(46.526)	(22.000)
Dividendos recebidos (i)	(131.300)	
Variação cambial reflexa de investimentos no exterior	1.988	2.469
Saldo final	641.141	664.281

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os sócios das controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agronegócio Ltda. aprovaram e distribuíram dividendos e juros sobre o capital próprio para a controladora Ourofino S.A. (anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.) nos montantes de R\$52.920 e R\$124.906 (2023 - R\$22.000), respectivamente.





b) Resumo das informações financeiras

Os quadros abaixo apresentam um resumo das informações financeiras das controladas.

	2024				
	Controladas				
	Diretas		Indiretas		
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	Ouro Fino Agronegócio Ltda.	Regenera Medicina Avançada Ltda.	Ouro Fino de México, S.A. de C.V.	Ouro Fino Colômbia S.A.S	
Circulante					
Ativo	466.500	402.328	683	29.652	25.596
Passivo	(184.494)	(192.841)	(13)	(7.565)	(18.984)
Ativo circulante, líquido	282.006	209.487	670	22.087	6.612
Não circulante					
Ativo	468.090	26.881		2.587	4.384
Passivo	(321.259)	(8.013)	(1.040)		(1.418)
Ativo (passivo) não circulante, líquido	146.831	18.868	(1.040)	2.587	2.966
Patrimônio líquido e passivo a descoberto	428.837	228.355	(370)	24.674	9.578

	2023				
	Controladas				
	Diretas		Indiretas		
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	Ouro Fino Agronegócio Ltda.	Regenera Medicina Avançada Ltda.	Ouro Fino de México, S.A. de C.V.	Ouro Fino Colômbia S.A.S	
Circulante					
Ativo	471.902	383.096	1.620	29.423	20.072
Passivo	(173.122)	(117.056)	(217)	(6.602)	(16.817)
Ativo circulante, líquido	298.780	266.040	1.403	22.821	3.255
Não circulante					
Ativo	454.047	12.139	305	2.506	3.440
Passivo	(347.849)	(2.278)	(1.040)	(260)	(1.301)
Ativo (passivo) não circulante, líquido	106.198	9.861	(735)	2.246	2.139
Patrimônio líquido	404.978	275.901	668	25.067	5.394





c) Reconciliação das demonstrações financeiras dos investimentos

	Controladas					
	Ouro Fino Saúde Animal Ltda.		Ouro Fino Agronegócio Ltda.		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Patrimônio líquido em 1º de janeiro	404.978	416.611	275.901	330.169	680.879	746.780
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	75.030	(14.593)	77.426	(32.359)	152.456	(46.952)
Incentivo de longo prazo	(239)	491	(66)	91	(305)	582
Juros sobre o capital próprio	(16.920)		(29.606)	(22.000)	(46.526)	(22.000)
Dividendos distribuídos	(36.000)		(95.300)		(131.300)	
Variação cambial reflexa de investimentos no exterior	1.988	2.469			1.988	2.469
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	428.837	404.978	228.355	275.901	657.192	680.879
Percentual de participação societária - %	99,99%	99,99%	100,00%	99,99%		
Participação nos investimentos	428.837	404.978	228.355	275.901	657.192	680.879
Lucro não realizados nos estoques	(16.051)	(16.598)			(16.051)	(16.598)
Saldo contábil do investimento na Controladora	412.786	388.380	228.355	275.901	641.141	664.281

d) Combinação de negócios

Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia, através da sua controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. ("OF Saúde Animal"), concluiu a aquisição de participação societária de 100% do capital social da Regenera Medicina Veterinária Ltda., empresa de biotecnologia, fundada em Campinas, SP, no ano de 2012.

A Companhia contratou consultores externos para uma avaliação independente dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos, e conforme laudo emitido em 24 de fevereiro de 2023, o ágio gerado foi de R\$18.094, que compreendeu o valor da diferença paga pela Companhia em relação ao valor justo do patrimônio da empresa adquirida.

A seguir está apresentada a composição da avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos e passivos assumidos que foram identificados à época:

Preço estimado	22.689
(-) Valor justo dos ativos adquiridos	(7.540)
(+) Valor justo dos passivos assumidos	1.040
(-) Patrimônio líquido contábil na data de aquisição	1.905
Ágio gerado na aquisição	18.094

Teste de Valor Recuperável (Impairment) do Ágio (Goodwill)

De acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve testar, no mínimo anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado em uma combinação de negócio.

A Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual o ágio tiver sido alocado deve ser testada para verificar a necessidade de redução ao valor recuperável e sempre que houver indicação de que a UGC possa ser desvalorizada, comparando-se seu valor contábil, a Companhia deve reconhecer a perda por desvalorização no resultado do exercício.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria do Grupo contratou consultores externos para uma avaliação de recuperabilidade do ágio e de cada grupo de ativos da empresa adquirida e o laudo de avaliação emitido em 15 de dezembro de





2023 foi elaborado utilizando o conceito de valor em uso por meio de modelos de fluxos de caixa. A determinação do valor em uso envolve o uso de premissas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento de receita, custos e despesas e taxas de desconto.

Para a análise foram consideradas projeções de fluxos de caixa que abrangem cinco anos, sendo o fluxo de caixa do último período perpetuado a um crescimento de 3,5%, e para estes cálculos foram utilizadas projeções de receitas e custos baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração, considerando premissas de inflação (IPCA), descontados a valor presente (WACC – *Weighted Average Cost of Capital*), a uma taxa de 18,4%.

Como resultado desta análise, a Diretoria do Grupo concluiu que, o valor recuperável deste grupo de ativos desta UGC era menor que seu valor contábil e, portanto, no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, se fez necessário reconhecer, na demonstração do resultado, a baixa total do ágio (*goodwill*) no montante de R\$18.094 e a provisão para *impairment* do valor justo (mais valia) dos ativos no montante de R\$7.044.

No quadro a seguir, está apresentado o balanço patrimonial ajustado após o resultado do teste de recuperabilidade da empresa adquirida:

Ativo	Posição patrimonial antes do teste de impairment	Teste de impairment (*)	Posição patrimonial após o teste de impairment	Passivo e Patrimônio líquido	Posição patrimonial antes do teste de impairment	Teste de impairment (*)	Posição patrimonial após o teste de impairment
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	847		847	Fornecedores	118		118
Contas a receber de clientes	416		416	Salários e encargos sociais	22		22
Estoques	346		346	Tributos a recolher	67		67
Outros ativos	12		12	Outros passivos	10		10
Total do ativo circulante	1.621	-	1.621	Total do passivo circulante	217	-	217
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	429	(131)	298	Partes relacionadas			-
Intangível	6.918	(6.913)	5	Provisão para riscos	1.040		1.040
Ágio (<i>goodwill</i>)	18.094	(18.094)		Total do passivo não circulante	1.040	-	1.040
Total do ativo não circulante	25.441	(25.138)	303	Total do passivo	1.257	-	1.257
Total do ativo	27.062	(25.138)	1.924	Total do patrimônio líquido	25.805	(25.138)	667
					27.062	(25.138)	1.924

(*) Perdas por desvalorização reconhecidos no resultado do exercício.

Revisão da obrigação por aquisição de investimento

Levando em consideração os resultados apurados da análise de recuperabilidade do ágio da UGC divulgada acima, a Diretoria do Grupo no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 revisou os passivos reconhecidos no momento da aquisição e concluiu que:

(i) as parcelas retidas, no montante de R\$5.000, que estavam condicionadas a metas acordadas entre as partes, concluiu-se que o montante de R\$2.000 não atendeu os pré-requisitos previstos no contrato e com isso foi reconhecida a reversão do passivo provisionado na demonstração do resultado do exercício, a parcela residual, no montante de R\$3.000, atendeu os pré-requisitos e conforme previsto, o passivo foi liquidado, acrescido de correção monetária, no montante de R\$ 3.745 e adicionalmente, no encerramento do contrato com os vendedores foi pago uma obrigação adicional no montante de R\$865.





(ii) o valor justo da contraprestação contingente mensurada no momento da aquisição, no montante de R\$3.153, foi remensurado ao final do exercício de 2023, e considerando as projeções elaboradas pela Administração que previa o não atingimento da performance esperada, concluiu-se que, naquele momento não havia nenhum montante a ser pago, e, portanto, a Diretoria do Grupo reconheceu o ajuste na demonstração do resultado.

A seguir, está apresentado o quadro demonstrativo da obrigação atualizada após a revisão:

	Impacto no resultado				Valor pago
	Passivo reconhecido no momento da aquisição	Reversão do passivo	Atualização monetária	Obrigação adicional	
Pagamento à vista	14.536				14.536
Pagamento à prazo	5.000	(2.000)	745	865	4.610
Contraprestação contingente	3.153	(3.153)			-
	22.689	(5.153)	745	865	19.146

12. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

Movimentação:	Em 1º de janeiro de 2024	Adições	Variação cambial	Transferências	Baixas	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2024
Direito de uso - Arrendamentos (i)	4.627	15.138			(615)	(6.022)	13.128
Terras e terrenos	24.985						24.985
Edificações e benfeitorias	177.023		1	547		(5.282)	172.289
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	107.551	5.829	6	7.954	(314)	(10.973)	110.053
Veículos e tratores	4.646	1.079	237	-	(159)	(1.747)	4.056
Móveis e utensílios	4.401	386	5	512	(1)	(754)	4.549
Equipamentos de informática	6.809	410	31	304	(38)	(2.955)	4.561
Obras em andamento	1.883	9.973		(9.317)			2.539
Outros	1.221	122				(160)	1.183
	333.146	32.937	280	-	(1.127)	(27.893)	337.343

(i) O saldo de direito de uso refere-se aos contratos de arrendamentos, substancialmente frotas e empilhadeiras.

Movimentação:	Em 1º de janeiro de 2023	Adições	Transferências	Variação cambial	Provisão para impairment (*)	Baixas	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2023
Direito de uso - Arrendamentos	5.383	2.317				(135)	(2.938)	4.627
Terras e terrenos	24.985							24.985
Edificações e benfeitorias	168.070	973	13.546	2		(542)	(5.026)	177.023
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	99.360	10.271	8.139	8	(118)	13	(10.122)	107.551
Veículos e tratores	16.841	2.509	(1.378)	418		(9.191)	(4.553)	4.646
Móveis e utensílios	3.707	287	1.192	8		(4)	(789)	4.401
Equipamentos de informática	7.265	2.632	261	42	(13)	(35)	(3.343)	6.809
Obras em andamento	15.486	6.578	(20.181)					1.883
Outros	1.261	1.689	(1.579)				(150)	1.221
	342.358	27.256	-	478	(131)	(9.894)	(26.921)	333.146

(*) Refere-se a provisão para impairment da mais valia (valor justo) da controlada Regenera Medicina Veterinária Ltda..

Composição do saldo:	2024			2023			Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Direito de uso - Arrendamentos	21.189	(8.061)	13.128	10.609	(5.982)	4.627	31,66%
Terras e terrenos	24.985		24.985	24.985		24.985	
Edificações e benfeitorias	219.521	(47.232)	172.289	218.973	(41.950)	177.023	2,36%
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	210.256	(100.203)	110.053	196.979	(89.428)	107.551	6,97%
Veículos, tratores e aeronave	9.199	(5.143)	4.056	8.636	(3.990)	4.646	19,74%
Móveis e utensílios	12.984	(8.435)	4.549	12.101	(7.700)	4.401	9,96%
Equipamentos de informática	22.930	(18.369)	4.561	22.905	(16.096)	6.809	20,10%
Obras em andamento	2.539		2.539	1.883		1.883	
Outros	3.890	(2.707)	1.183	3.769	(2.548)	1.221	10,50%
	527.493	(190.150)	337.343	500.840	(167.694)	333.146	





No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$329 (2023 – R\$632) referentes a saldos de obras em andamento, a uma taxa média anual de 6,57% (2023 – 6,49%).

Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos, no montante de R\$72.566 (2023 - R\$73.962), estão cedidos em garantia a empréstimos e financiamentos (Nota 15).

Durante o exercício não foram identificados nenhum elemento que seus ativos possam estar registrados por um valor maior que o seu valor recuperável.

13. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Movimentação:	Em 1º de janeiro de 2024	Adições	Variação cambial	Provisão para impairment	Reversão de provisão para impairment	Baixas	Amortização	Em 31 de dezembro de 2024
Ágio (<i>Goodwill</i>) na aquisição de empresa	618							618
Marcas e licenças adquiridas	5					(5)		-
Desenvolvimento e registros de produtos	79.358	26.299	59	(1.685)	6.913	(6.913)	(6.267)	97.764
Softwares	12.680	598	2	(1.394)			(3.523)	8.363
	92.661	26.897	61	(3.079)	6.913	(6.918)	(9.790)	106.745

Movimentação:	Em 1º de janeiro de 2023	Adições	Variação cambial	Reversão de provisão para impairment	Baixas	Amortização	Em 31 de dezembro de 2023
Ágio (<i>Goodwill</i>) na aquisição de empresa	18.712				(18.094)		618
Marcas e licenças adquiridas	5						5
Desenvolvimento e registros de produtos	75.492	18.897	75	18.317	(27.188)	(6.235)	79.358
Softwares	11.867	3.862	7		(23)	(3.033)	12.680
	106.076	22.759	82	18.317	(45.305)	(9.268)	92.661

Composição do saldo:	2024				
	Custo	Provisão para impairment	Amortização acumulada	Líquido	Vida útil
Ágio (<i>Goodwill</i>) na aquisição de empresa	618			618	Indefinida
Marcas e licenças adquiridas	2.200		(2.200)	5	
Desenvolvimento e registros de produtos	161.673	(3.686)	(60.223)	97.764	10 anos
Softwares	52.504	(1.394)	(42.747)	8.363	5 anos
Outros	1.333		(1.333)		
	218.328	(5.080)	(106.503)	106.745	

Composição do saldo:	2023				
	Custo	Provisão para impairment	Amortização acumulada	Líquido	Vida útil
Ágio (<i>Goodwill</i>) na aquisição de empresa	618			618	Indefinida
Marcas e licenças adquiridas	2.205		(2.200)	5	
Desenvolvimento e registros de produtos	142.667	(8.914)	(54.395)	79.358	10 anos
Softwares	51.911		(39.231)	12.680	5 anos
Outros	1.333		(1.333)		
	198.734	(8.914)	(97.159)	92.661	

O desenvolvimento e registro de produtos refere-se aos gastos incorridos com novos medicamentos e a sua amortização é reconhecida no "Custo das vendas" (Nota 19).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões e baixas que representaram R\$3.079 (2023 – R\$8.871) são relacionados aos projetos que foram descontinuados ou postergados por decisão da Administração.





No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi baixado em sua totalidade na demonstração do resultado, o ágio (*Goodwill*) gerado por uma combinação de negócio em 25 de fevereiro de 2022, no montante de R\$18.094, considerando o resultado do teste de recuperabilidade (*impairment*) (Nota 11 (e)).

As premissas utilizadas para analisar a existência de "*impairment*" estão divulgadas na Nota 2 (f).

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Em moeda local	341	43	69.198	53.251
Em moeda estrangeira			43.850	21.307
	341	43	113.048	74.558

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

	Encargos financeiros incidentes	Vencimento final	2024	2023
Em moeda local				
FINEP	Taxa média ponderada de 6,57% ao ano (2023 - 6,49% ao ano)	2036	291.324	319.223
NCE (Nota de crédito a exportação)	Taxa média de 12,68% ao ano (31 de dezembro de 2023 - 13,93% ao ano)	2024		27.986
Capital de giro	Taxa média de 12,58% ao ano (2023 - 13,67% ao ano)	2024		14.914
BNDES - FINEM	Taxa média ponderada de 10,55% ao ano (2023 - 11,63% ao ano)	2032	51.193	55.905
Capital de giro (i)	Taxa média de 14,24% ao ano (2023 - 20,15% ao ano)	2025	271	11.836
Capital de giro (i)	Taxa média de 12,62% ao ano (2023 - 15,00% ao ano)	2025	13.270	1.404
Risco sacado	Taxa média de 15,21% ao ano (2023 - 20,85% ao ano)		3.296	706
			359.354	431.974
Circulante			56.890	98.852
Não circulante			302.464	333.122
			359.354	431.974

(i) Empréstimos e financiamentos captados pelas controladas Ouro Fino Colômbia S.A.S e Ouro Fino de México, S.A. de CV..

a) Garantias de empréstimos e financiamentos

Os financiamentos destinados a Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento de produtos, contratados pela controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. junto à FINEP, estão garantidos por: (i) fianças bancárias, no montante de R\$309.927; (ii) garantia real constituída por sua planta industrial localizada no município de Cravinhos-SP; e (iii) aval da controladora Ourofino S.A. (anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.), sob o qual não há cobrança de encargos.





Empréstimos para capital de giro estão garantidos por meio de garantias fidejussórias da controladora e/ou dos acionistas controladores, assim como as operações de arrendamento mercantil e operações de Finame, que também contam com garantias reais por meio de alienação fiduciária dos bens financiados.

A operação de BNDES-FINEM requer a manutenção de índices previamente definidos em contrato, anualmente em 31 de dezembro: Dívida Líquida/Ebitda igual ou menor que 3,0 e Endividamento Geral igual ou menor a 0,70, ambos os índices para o consolidado. O Grupo espera cumprir os covenants dentro de 12 meses após a data do relatório e caso não cumpra o vencimento da dívida é antecipada.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se de seu valor justo.

A composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo é apresentada como segue:

	2024	2023
De um a dois anos	34.868	37.959
De dois a três anos	43.868	33.668
De três a quatro anos	43.868	42.668
De quatro a cinco anos	43.868	42.668
Acima de cinco anos	135.992	176.159
	302.464	333.122

16. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

16.1 Perdas prováveis

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Diretoria, amparada por seus assessores legais externos.

Um sumário das provisões constituídas é apresentado como segue:

	2024	2023
Tributários	3.548	1.494
Trabalhistas	1.629	2.194
Cíveis	865	1.334
	6.042	5.022





A movimentação líquida da provisão para processos judiciais do período é a seguinte:

	2024	2023
Saldo inicial	5.022	5.675
Adições	3.323	1.079
Reversões	(2.461)	(1.905)
Variação cambial	158	173
	6.042	5.022

16.2 Perdas possíveis

O Grupo tem ações de naturezas tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Diretoria como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

Em 13 de fevereiro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM divulgou OFÍCIO-CIRCULAR Nº1/2023/CVM/SNC/SEP que trouxe a orientação sobre aspectos relevantes a serem observados na preparação e publicação das demonstrações financeiras em relação a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF de 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

A decisão do STF que estipulou a perda de efeitos de uma sentença definitiva, transitada em julgado, sem possibilidade de recurso é válida apenas para tributos recolhidos de maneira continuada e diante disso, as áreas técnicas da CVM entendem que devem ser observadas os pronunciamentos técnicos do CPC 24 e 25, quando da elaboração das demonstrações financeiras.

Neste contexto, a Diretoria do Grupo avaliou juntamente com seus assessores jurídicos e concluiu que a decisão firmada pelo STF não traz nenhum impacto no conjunto das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2024.

A composição dos riscos possíveis está apresentada a seguir:

	2024			2023		
	Administrativo	Judicial	Total	Administrativo	Judicial	Total
Tributários	69.352	16.144	85.497	70.809	13.173	83.982
Trabalhistas		7.532	7.532		4.344	4.344
Cíveis	2	3.289	3.290	1	2.639	2.640
	69.354	26.965	96.319	70.810	20.156	90.966

Os riscos tributários referem-se a autos de infração de PIS, COFINS e ICMS. O auto de infração de PIS/COFINS, no montante de R\$65.591 (2023 – R\$61.008), foi lavrado pelas autoridades fiscais contra a controlada Ouro Fino Saúde Animal Ltda. em maio de 2019, referente a fatos geradores ocorridos no ano calendário 2014, exigindo diferenças de PIS e COFINS apurados sob o regime monofásico, por desconsiderar as operações das empresas comerciais Ouro Fino Agronegócio Ltda. e Ouro Fino Pet Ltda.

Já no âmbito do ICMS, a discussão envolve questões relacionadas a supostos créditos de ICMS decorrentes de operações de aquisição de energia elétrica aplicada no processo industrial da Empresa, sujeitas ao regime de substituição tributária, no montante de R\$8.394 (2023 – R\$7.864). Além disso, o Grupo está envolvido em





outros processos de natureza tributária cujos valores totalizam R\$11.512 (2023 – R\$15.110).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 2024, o capital social é representado por 53.949.006 ações ordinárias (2023 – 53.949.006 ações ordinárias), todas sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital social no montante de R\$141.721, sem a emissão de novas ações ordinárias nominativas, com reserva de lucros.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram a redução do capital social da Companhia no montante total de R\$120.134, por considerar o valor excedente, sem cancelamento de ações, mediante restituição em dinheiro aos acionistas, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações (“Redução de Capital”). A Companhia ressalta que a Redução de Capital aprovada está em linha com a estratégia de criação de valor a todos os acionistas, sem prejuízo do seu crescimento e da sua capacidade de investimento. O pagamento foi realizado em 31 de janeiro de 2025.

b) Destinação do lucro

De acordo com o estatuto social, o lucro líquido terá a seguinte destinação:

- 5% para a constituição da reserva legal, limitada a 20% do capital social.
- Dividendos mínimos calculados à razão de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404.
- O saldo restante será destinado pelos acionistas em Assembleia geral representando pelo menos 2/3 (dois terços) das ações com direito a voto, observadas as disposições legais aplicáveis.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram a rerratificação da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, contemplando a destinação, à reserva para contingências, no montante de R\$89.959, inicialmente retido com base em orçamento de capital aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia de 14 de abril de 2023.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram a destinação dos lucros acumulados verificados em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$39.984, contemplando: (i) pagamento de dividendos no montante líquido de R\$31.000, sendo R\$14.862 distribuído a título de juros sobre o capital próprio, sobre os quais incidiu a retenção de imposto de renda no montante de R\$1.975, resultando em um montante líquido de R\$12.887 e R\$18.113 distribuído a título de dividendos e (ii) o saldo remanescente no montante de R\$8.984 foi destinado à reserva de retenção de lucros com base na proposta do orçamento de capital de 31 de dezembro de 2023.





c) Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reflexo da adoção do custo atribuído (“*deemed cost*”) para terras e terrenos em controladas ocorrida em 1º de janeiro de 2009 e todas as diferenças de câmbio resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado das controladas no exterior.

d) Plano de outorga de opção de compra de ações

O Grupo possui Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), com objetivo de: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses das pessoas elegíveis aos dos acionistas da Companhia; (iii) possibilitar a atração e manutenção de seus profissionais e prestadores de serviço, incentivando a criação de valor à Companhia e (iv) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas, administradores e empregados.

O Plano é gerido pelo Conselho de Administração e de acordo com seu regulamento, podem ser elegíveis como beneficiários: Administradores, Empregados e Prestadores de Serviços da Companhia ou outras sociedades sob seu controle. O número total de ações ordinárias relativo ao qual podem ser outorgadas opções não excederá 1,5% do total de ações ordinárias do capital social da Companhia. O Plano de Opções da Companhia encontra-se disponível na CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

O período de carência (“*vesting*”) considera que o direito pode ser exercido pelos beneficiários em parcelas de 1/5 (um quinto) do total das ações objeto da outorga a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do contrato de adesão, e esta mesma quantidade de ações anualmente até o final do quinto ano, desde que os beneficiários permaneçam continuamente vinculados à Companhia.

O preço de exercício será definido com base na média de cotação das ações da Companhia na B3, ponderado pelo volume de negociações, nos 60 (sessenta) últimos pregões que antecederem a outorga, corrigido monetariamente de acordo com o IGP-M.

O prazo máximo de vigência das opções será de 4 (quatro) anos a partir do término do respectivo prazo de carência (“*vesting*”). As opções não exercidas nos prazos e condições estipuladas serão automaticamente extintas, sem direito a indenização.

O Plano de opções de ações já foi 100% reconhecido na demonstração do resultado em períodos anteriores.

e) Plano de Remuneração Baseado em Ações – Incentivo de Longo Prazo

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de janeiro de 2021, os acionistas aprovaram o Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado em Ações (“Plano ILP”) da Companhia.

O Plano ILP tem como objetivo permitir que as pessoas elegíveis, sujeito a determinadas condições estabelecidas no Programa, recebam Ações com a finalidade de: (i) estimular a expansão dos objetivos sociais da Companhia, (ii) alinhar os interesses das pessoas elegíveis aos dos acionistas da Companhia, (iii) incentivar a criação de valor à Companhia e (iv) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas, administradores e funcionários.

O Plano ILP é administrado pelo Conselho de Administração e as remunerações em





Ações serão realizadas mediante a celebração de contratos, os quais deverão especificar o número base de ações, termos e condições para transferência das ações pela Companhia aos beneficiários, prazo final para recebimento da remuneração em Ações, preço da ação e as condições de pagamento.

Características Gerais do Plano ILP

O Plano ILP possui: (i) "Performance Shares outorgadas" a partir de 2021, com previsão para 5 outorgas até 2025; (ii) outorgas realizadas anualmente seguindo práticas de mercado; (iii) *Vesting* de 3 anos, com metas de *performance* medidas ao final do período de carência; (iv) indicadores e metas de *performance* definidos em cada outorga; e (v) regras de desligamentos seguindo boas práticas de mercado.

O Plano ILP será liquidado com ações em tesouraria, sendo tratados como remuneração (encargos via folha de pagamento), mas com a possibilidade de liquidação em caixa e comprometimento de até 2% do Capital Social da Companhia.

As metas de Performance dos Programas estão associadas ao Lucro Líquido e ao Desempenho das Ações da Companhia, sendo 60% de peso para Lucro líquido e 40% de peso para a valorização das Ações.

A medição para Lucro líquido será avaliada baseada no lucro composto, ou seja, 3 anos juntos, com margem a variações para cima ou para baixo durante o período, possui um número de partida ajustado do lucro líquido do ano anterior à outorga considerando as metas estipuladas pelo Conselho de Administração.

A medição do preço de ação de largada será considerada o valor médio ponderado pelo volume de negociações dos últimos 30 pregões anteriores à data final do *vesting* (valor será ajustado pelas distribuições de dividendos no período utilizando o conceito de *Total Shareholder Return*).

O valor justo atribuído a essas ações foi calculado utilizando a simulação de Monte Carlo, no qual, leva em consideração a volatilidade histórica da ação e a curva de aceleração/ penalização da quantidade entregue em função da *performance*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Diretoria do Grupo reconheceu a despesa, incluindo encargos de INSS e FGTS, do Plano no montante de R\$758 (2023 – R\$1.088).



**18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)**

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2024	2023
No Brasil:		
Vendas brutas de produtos e serviços	1.000.475	904.563
Impostos e deduções sobre venda	(105.045)	(89.705)
	<hr/> 895.430	<hr/> 814.858
No exterior:		
Vendas brutas de produtos	130.555	130.236
Impostos e deduções sobre venda	(1.193)	(1.813)
	<hr/> 129.362	<hr/> 128.423
	<hr/> 1.024.792	<hr/> 943.281

A receita líquida por segmento operacional está divulgada na Nota 29.



**19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo das vendas (i)				
Custos variáveis (matéria-prima e materiais de consumo)			300.732	271.076
Despesas com pessoal			94.780	113.093
Serviços de terceiros			37.675	45.155
Depreciação e amortização			23.838	23.222
Energia elétrica			20.211	23.894
Provisão para perdas nos estoques			16.193	14.847
Provisão para impairment do ativo intangível				1.075
Outros			13.678	19.186
			507.107	511.548
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal			93.397	81.262
Despesas com equipe de vendas			64.913	58.760
Despesas com fretes			37.014	36.144
Serviços de terceiros			22.686	26.584
Depreciação e amortização			7.156	6.466
Telecomunicações e energia			630	576
Outros			705	5.818
			226.501	215.610
Despesas com pesquisas e inovação				
Despesas com pessoal			18.363	23.646
Serviços de terceiros			21.696	25.055
Depreciação e amortização			2.924	3.032
Telecomunicações e energia			234	491
Outros			6.231	7.472
			49.448	59.696
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	11.703	8.026	42.502	39.248
Serviços de terceiros	1.793	635	12.262	10.152
Depreciação e amortização	43	26	3.765	3.469
Despesas com viagem	775	180	1.853	1.375
Telecomunicações e energia			488	926
Despesas com veículos		11	62	111
Doações e patrocínios			71	86
Outros	14	96	3.076	3.101
	14.328	8.974	64.079	58.468
	14.328	8.974	847.135	845.322

(i) A variação apresentada em "custo das vendas" no período refere-se também ao resultado das variáveis de volumes comercializados entre os períodos.



**20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributos e taxas federais, estaduais, municipais (i)	(21)	(15)	15.938	5.155
Resultado nas baixas de ativo intangível			1.045	486
Ganho na alienação e baixa de imobilizado			441	307
Ganhos (perdas) nas vendas de sucatas, aluguéis e outros	155	149	(424)	258
Provisão para impairment de ativo intangível (ii)			(3.079)	(883)
Baixa de ágio (<i>Goodwill</i>) por aquisição de investimento (iii)				(18.094)
Provisão para impairment de mais valia - combinação de negócio (iv)				(7.044)
Obrigações por aquisição de investimento (iv)				3.543
Outras perdas (v)	(146)	(149)	(4.746)	(676)
	(12)	(15)	9.175	(16.948)

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o Grupo reconheceu créditos extemporâneos de PIS e COFINS, no montante de R\$7.096 e de ICMS, no montante de R\$9.764. Os créditos de PIS e COFINS são relacionados, principalmente aos insumos utilizados da área de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais após avaliação do entendimento da Receita Federal, conforme Parecer Normativo COSIT nº05/18, a Diretoria do Grupo discutiu com seus assessores legais e concluíram que as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento são de extrema relevância e ligadas diretamente à atividade principal do Grupo e os créditos de ICMS, são relativos, substancialmente as operações de bonificações e aquisições de produtos intermediários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, refere-se, substancialmente, aos créditos extemporâneos de ICMS no montante de R\$6.382 relacionados, substancialmente aos estornos de créditos conforme Decreto 64213/2019.
- (ii) Referem-se as provisões e baixas de projetos descontinuados ou postergados por decisão da Administração (Nota 13).
- (iii) Referem-se a baixa do ágio (*goodwill*) relativo ao teste de *impairment* da aquisição da Regenera Medicina Veterinária Ltda. (Nota 11 (d)).
- (iv) Referem-se ao provisionamento para perda da mais valia do ativo intangível e ao estorno do valor justo da obrigação reconhecidos no momento inicial da aquisição da Regenera Medicina Veterinária Ltda. decorrente do teste de *impairment* (Nota 11 (d)).
- (v) Refere-se, substancialmente, ao reconhecimento da provisão para processos judiciais relacionados a ICMS, que discute a exoneração de ICMS na importação de produtos técnicos, no montante de R\$2.900.



**21. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	1.324	1.258	28.045	26.446
Juros ativos			1.111	1.332
Variação monetária	163	175	1.214	1.471
Outras	2		206	40
	1.489	1.433	30.576	29.289
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(25)	(15)	(31.487)	(37.068)
Variação monetária (*)				(15.553)
Pis e cofins sobre juros sobre o capital próprio	(4.304)	(2.035)	(4.304)	(2.035)
Encargos financeiros	(5)	(1)	(3.410)	(3.056)
Outras	(92)	(131)	(636)	(819)
	(4.426)	(2.182)	(39.837)	(58.531)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos:				
Ganhos com derivativos (variação cambial)			(1.195)	2.306
Perdas com derivativos (juros)			(1)	(521)
			(1.196)	1.785
Variações cambiais, líquidas			728	698
Resultado financeiro	(2.937)	(749)	(9.729)	(26.759)

(*) Refere-se a atualização monetária do IRPJ e CSLL relativos a subvenção para investimento (Nota 1 (ii)).

22. DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas Ouro Fino Saúde Animal Ltda. e Ouro Fino Agronegócio Ltda. apuram o imposto de renda e a contribuição social pelo regime do "Lucro Real", calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, enquanto a controlada Regenera Medicina Veterinária Ltda., adota o regime de "Lucro Presumido". As controladas sediadas no México e Colômbia apuram seus tributos com base de cálculo nas regras vigentes naqueles países. Portanto, os valores apresentados nas demonstrações consolidadas dos resultados não guardam correlação direta com o resultado que seria obtido pela aplicação das alíquotas usuais acima mencionadas.





Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vigentes, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	135.726	(49.975)	177.103	54.252
Alíquotas vigentes	34%	34%	34%	34%
	(46.147)	16.992	(60.215)	(18.446)
<u>Reconciliação para o imposto efetivo:</u>				
Diferenças permanentes:				
Benefício de PD&I			8.144	
Equivalência patrimonial	52.021	(13.681)		
Ajuste do cálculo de controlada tributada pelo lucro presumido			(360)	(2.791)
Subvenção para Investimento (i)				(79.913)
Obrigações por aquisição de investimento				1.205
Baixa de ágio (Goodwill)				(6.152)
Ajuste do cálculo de controladas no exterior tributadas pela alíquota vigente de seu país			1.331	44
Depreciação acelerada incentivada				(1.458)
Utilização de prejuízo fiscal de exercícios anteriores	608		1.014	
Juros sobre o capital próprio	(5.279)	(2.427)	10.540	5.053
Tributos diferidos não constituídos	(2.618)	(884)	(2.618)	(884)
Outras	19		(610)	(886)
Imposto de renda e contribuição social	(1.396)		(42.774)	(104.228)
Reconciliação com a demonstração do resultado:				
Correntes	(1.396)		(52.019)	(91.888)
Diferidos			9.245	(12.340)
	(1.396)		(42.774)	(104.228)
Alíquota efetiva	-1,03%	0,00%	-24,15%	-192,12%

- (i) Até 31 de março de 2023, a Diretoria do Grupo reconhecia a dedutibilidade fiscal dos valores de incentivos fiscais referente a saídas com isenção de ICMS nas operações dentro do estado de SP e saídas com redução de 60% na base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais (Convênio ICMS 100/97), segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, porém tendo em vista o julgamento do STJ ocorrido em 26 de abril de 2023, onde decidiu-se que tais incentivos só poderiam ser excluídos se observados os requisitos previstos no artigo 10 da Lei Complementar 160/2017 e no artigo 30 da Lei 12.973/2014, em abril de 2023, a Diretoria do Grupo deixou de utilizar tal incentivo fiscal em suas apurações do IRPJ e da CSLL e no segundo semestre, decidiu-se pelo pagamento em sua totalidade, e portanto, reconheceu na demonstração do resultado a perda relativa a subvenção utilizada entre os anos de 2019 e 2022 no montante de R\$90.178, sendo R\$74.625 de principal e R\$15.553 de atualização monetária (Nota 1.1 (ii)).

23. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	134.330	(49.975)
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação no exercício (mil ações)	53.768	53.768
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	2,49833	(0,92946)





A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e diluído por ação é equivalente.

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de previdência privada - Contribuição definida

O Grupo patrocina um plano previdenciário do tipo "contribuição definida" para seus empregados. O plano é administrado pelo Brasilprev Seguros e Previdência S.A. As contribuições das empresas para o plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$1.151 (2023 - R\$1.287).

b) Incentivo de curto prazo

O Grupo dispõe de um programa de incentivo de curto prazo ("ICP"), para seus empregados, calculado com base em metas quantitativas e qualitativas definidas pela Diretoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o impacto no resultado do incentivo de curto prazo foi de R\$18.323 (2023 - R\$714).

c) Plano de Incentivo de Longo Prazo - "Phantom Units"

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de setembro de 2022, os acionistas aprovaram a criação do novo Programa de Outorga no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo e logo após em ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de outubro de 2022, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Phantom Units"), em substituição ao Plano de Remuneração Baseado em Ações Restritas ("RSU").

O Plano *Phantom Units* tem como objetivo incentivar as Pessoas Elegíveis, visando: (i) estimular a expansão dos objetivos sociais da Companhia, (ii) alinhar os interesses das pessoas elegíveis aos dos acionistas da Companhia, (iii) possibilitar a Companhia a atrair e manter vinculadas as Pessoas Elegíveis, (iv) incentivar a criação de valor à Companhia e (v) compartilhar riscos e ganhos de longo prazo, indiretamente, por meio da valorização das Ações, de forma equitativa entre acionistas e as Pessoas Elegíveis.

Características Gerais do Plano

Cada beneficiário terá o direito de receber, em moeda corrente nacional, o maior entre: (i) o valor da cotação da Ação na B3 no último dia do período de carência (*vesting*) ou (ii) o resultado de múltiplos do Ebitda e, o prazo de carência (*vesting*) varia de 3 a 7 anos.

O Plano será liquidado em caixa e seu valor justo será mensurado ao término de cada período.

O valor justo do Plano é mensurado com base no valor da ação (fechamento) ou múltiplos de Ebitda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o plano foi calculado por múltiplos de Ebitda e, portanto, o Grupo reconheceu as despesas, incluindo encargos de INSS, no montante de R\$7.060 (2023 - R\$8.553).



**25. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

a) Saldos e principais operações

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo circulante:				
Juros sobre o capital próprio a receber				
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	14.382			
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	25.166	7.700		
Adiantamentos de juros sobre o capital próprio				
Acionistas		14.807		14.807
Outros ativos (i)				
Condomínio Rural Ouro Fino			63	136
Ouro Fino Química Ltda.	83	83	83	177
	39.631	22.590	146	15.120
Passivo circulante:				
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar				
Acionistas	31.903		31.903	
Outros passivos (i)				
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	113	51		91
Neotech Soluções Ambientais Ltda.				247
Ouro Fino Química Ltda.		1	95	
	113	52	31.998	338

(i) Outros ativos e passivos

Os outros ativos e passivos estão representados por ressarcimentos de despesas, principalmente, gastos incorridos com o Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"), conforme contrato de compartilhamento de despesas celebrado em 30 de setembro de 2014.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Principais operações:				
Receitas de vendas de produtos				
Condomínio Rural Ouro Fino			73	135
Reembolso de "CSC" (i)				
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	(340)	(247)		
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	(1)	(4)		
Ouro Fino Química Ltda.				1.424
Royalties				
Condomínio Rural Ouro Fino			5	5
Ouro Fino Química Ltda.	200	200	200	200
Despesas com aluguéis e gastos com condomínios				
Condomínio Rural Ouro Fino			(3.152)	(2.704)
Outras despesas, líquidas				
Ouro Fino Saúde Animal Ltda.	(180)	(158)		
Ouro Fino Agronegócio Ltda.	(1)			
Ouro Fino Química Ltda.			(1.231)	(608)
Serviços de incineração de produtos				
Neotech Soluções Ambientais Ltda.			(779)	(696)
	(322)	(209)	(4.884)	(2.245)





b) Remuneração dos administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores estatutários, cuja remuneração é autorizada pela Assembleia Geral Ordinária. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2024	2023
Pagamentos com base em ações	7.060	4.288
Salários	3.527	3.950
Remuneração variável	1.844	205
Encargos trabalhistas	890	1.196
Benefícios diretos e indiretos	182	246
	13.503	9.885

Apesar de a Diretoria da Companhia entender que as despesas com os pagamentos com base em ações não possuem natureza remuneratória, os montantes lançados a este título estão demonstrados nesta nota de acordo com as divulgações exigidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

26. COBERTURA DE SEGUROS

Como parte de sua política de gerenciamento de riscos, o Grupo mantém coberturas de seguros para riscos operacionais e de responsabilidade civil. As apólices atuais possuem vigência de um ano, conforme quadro abaixo:

Bens segurados	Riscos cobertos	2025
Ativos imobilizados e estoques	Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, vendaval e lucros cessantes	969.029
Risco civil - geral	Dano a terceiros causados durante a operação	10.000
Risco civil - Administradores	Dano a terceiros decorrentes de ato dos administradores em suas funções	40.000





27. OUTRAS DIVULGAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA

	Empréstimos e financiamentos	Instrumentos financeiros derivativos, líquidos ¹	Caixa e equivalentes de caixa	Dívida líquida
Saldo em 1º de janeiro de 2024	431.974	181	(304.029)	128.126
Captações	31.544			31.544
Pagamentos de principal	(109.207)	(181)		(109.388)
Pagamentos de juros	(28.116)			(28.116)
Risco sacado	2.590			2.590
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras			71.115	71.115
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(103.189)	(181)	71.115	(32.255)
Juros capitalizados	1.064			1.064
Variações cambiais e juros	29.505		(1.043)	28.462
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	30.569		(1.043)	29.526
Saldo em 31 de dezembro de 2024	359.354		(233.957)	125.397
Saldo em 1º de janeiro de 2023	412.369		(165.036)	247.333
Captações	94.681			94.681
Pagamentos de principal	(79.427)			(79.427)
Pagamentos de juros	(33.569)			(33.569)
Risco sacado	(87)			(87)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			(138.808)	(138.808)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	(18.402)		(138.808)	(157.210)
Juros capitalizados	1.272			1.272
Variações cambiais e juros	36.735	181	(185)	36.731
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	38.007	181	(185)	38.003
Saldo em 31 de dezembro de 2023	431.974	181	(304.029)	128.126

¹ Considera apenas os instrumentos financeiros vinculados aos empréstimos e financiamentos

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	120.710	6.447	233.957		304.029
Instrumentos financeiros derivativos				546	
Contas a receber			354.295		263.035
Partes relacionadas	39.631	22.590	146		15.120
Outros ativos, exceto despesas antecipadas	662	250	4.969		5.479
	161.003	29.287	593.367	546	587.663





	Controladora		Consolidado			
	2024	2023	2024		2023	
	Custo amortizado	Custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Passivos, conforme o balanço patrimonial:						
Fornecedores	341	43		113.048		74.558
Instrumentos financeiros derivativos			322		181	
Empréstimos e financiamentos				359.354		431.974
Partes relacionadas	113	52		95		338
Arrendamentos	115	25		15.778		5.521
Outros passivos	9.997	4.304		41.796		30.983
	10.566	4.424	322	530.071	181	543.374

28.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Riscos de mercado;
- Riscos de crédito; e
- Riscos de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Entidade tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

As atividades das empresas do Grupo possuem riscos financeiros relacionados principalmente às variações cambiais, à flutuação das taxas de juros, ao risco de crédito e ao risco de liquidez. O objetivo do gerenciamento de riscos é reduzir possíveis variações não esperadas nos resultados, advindas dos referidos riscos. A Diretoria do Grupo gerencia seus riscos financeiros como fundamento para sua estratégia de crescimento e de um fluxo de caixa saudável e dispõe de um comitê financeiro que estabelece as estratégias de administração de tais exposições, podendo fazer uso de instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos para proteção contra esses riscos potenciais.

São monitorados os níveis de exposição a cada risco de mercado (variação cambial e taxa de juros) e a sua mensuração inclui uma análise com base na exposição contábil e previsão de fluxos de caixa futuros.





a) Riscos de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial é o risco de que as alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que o Grupo incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores dos passivos. A principal exposição no tocante à variação cambial refere-se à flutuação do dólar norte-americano.

Para proteção dos riscos de variações cambiais, quando necessário, são utilizadas operações de derivativos, substancialmente "swap" e NDF ("non deliverable forward").

Os "swaps" são classificados como derivativos de valor justo por meio do resultado e são contratados para troca de encargos de empréstimos e financiamentos, originalmente em moeda estrangeira, para encargos com base na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

As NDFs são classificadas como derivativos de valor justo por meio do resultado e foram contratadas para mitigar possíveis exposições cambiais ativas ou passivas que o Grupo venha a incorrer.

Ganhos e perdas são reconhecidos em "Resultado financeiro" na demonstração do resultado.

A seguir, são apresentados os saldos contábeis consolidados de ativos e passivos, substancialmente, denominados ao dólar norte-americano:

	2024	2023
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	5.680	9.420
Contas a receber de clientes (Nota 7)	28.723	18.736
	<u>34.403</u>	<u>28.156</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores (Nota 14)	(43.565)	(20.982)
	<u>(43.565)</u>	<u>(20.982)</u>
Exposição líquida ativa (passiva)	(9.162)	7.174

O acompanhamento das variações entre os ativos e passivos em moeda estrangeira é feito regularmente, através do fluxo de caixa projetado de entradas e saídas de ativos e passivos cambiais. Ao longo do ano existem oscilações nas variações entre os ativos e passivos em moeda estrangeira podendo existir descasamento ou não. Diante disso, de forma a mitigar os riscos incorridos pela possível exposição cambial, quando necessário podem ser contratadas operações de derivativos.

No quadro abaixo são considerados dois cenários, considerando as variações percentuais das cotações de paridade entre o real e o dólar norte-americano (US\$).





Ativos/passivos	Risco	Saldos em 2024	Impacto		
			Cenário provável (*) (US\$1=R\$5,65)	Cenário 2 (variação do US\$ - 25%)	Cenário 3 (variação do US\$ - 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do US\$	5.680	(497)	(1.296)	(2.592)
Contas a receber de clientes	Baixa do US\$	28.723	(2.513)	(6.553)	(13.105)
Fornecedores	Alta do US\$	(43.565)	3.811	(9.938)	(19.877)
		(9.162)	802	(17.787)	(35.573)

Ativos/passivos	Risco	Saldos em 2023	Impacto		
			Cenário provável (*) (US\$1=R\$4,93)	Cenário 2 (variação do US\$ - 25%)	Cenário 3 (variação do US\$ - 50%)
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do US\$	9.420	174	(2.398)	(4.797)
Contas a receber de clientes	Baixa do US\$	18.736	346	(4.770)	(9.541)
Fornecedores	Alta do US\$	(20.982)	(387)	(5.342)	(10.685)
		7.174	132	(12.511)	(25.022)

(*) A taxa esperada para o Dólar norte-americano é de US\$1=5,25 (31 de dezembro de 2023 - US\$1=4,93)
(Fonte: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas2/#/consultaSeriesEstatisticas>)

(ii) Riscos de taxa de juros

O Grupo possui risco de vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Os riscos de taxas de juros do Grupo decorrem predominantemente de empréstimos e financiamentos e busca manter uma relação estável em seu endividamento de curto e longo prazo. Quanto às aplicações financeiras, o indexador é o CDI.

A Diretoria do Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Atualmente, as operações de financiamento do Grupo são 100% baseadas em taxa de juros pós-fixada (2023 - 99,7% em pós-fixada e 0,3% de operações pré-fixadas). O valor das operações pós-fixadas pode ocasionar volatilidade no custo médio das operações devido ao aumento, principalmente, da TR, da TJLP, da SELIC e IPC-A, e seu impacto no CDI, e para minimizar este impacto, a Diretoria do Grupo contrata, quando necessário, operação de hedge de taxa de juros, o qual o resultado para a Companhia é um custo em percentual de CDI. O risco de oscilações dos indexadores dessas operações é parcialmente mitigado pelo volume de recursos que existem em caixa.

No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do custo médio das operações de endividamento.





Contratos	Indexador	Saldos em 2024	Cenário atual	Cenário ¹ (+1 p.p)	Cenário ² (+2 p.p)	Cenário ³ (+3 p.p)	Impacto		
							Cenário ¹ + 1 p.p	Cenário ² + 2 p.p	Cenário ³ + 3 p.p
BNDES	IPCA	46.879	4,76%	5,76%	6,76%	7,76%	(16)	(34)	(51)
BNDES	SELIC	338	12,25%	13,25%	14,25%	15,25%	(2)	(2)	(2)
BNDES	SELIC	1.436	12,25%	13,25%	14,25%	15,25%	(7)	(8)	(8)
BNDES	SELIC	870	12,25%	13,25%	14,25%	15,25%	(4)	(5)	(5)
BNDES	TJLP	1.581	7,43%	8,43%	9,43%	10,43%	(2)	(2)	(3)
BNDES	TJLP	89	7,43%	8,43%	9,43%	10,43%			
Capital de Giro	IBR	13.270	8,99%	9,99%	10,99%	11,99%	(15)	(25)	(35)
Capital de Giro	TIIE	271	10,24%	11,24%	12,24%	13,24%	(3)	(3)	(3)
FINEP	TJLP	39.921	7,43%	8,43%	9,43%	10,43%	(29)	(44)	(59)
FINEP	TJLP	161.264	7,43%	8,43%	9,43%	10,43%	(127)	(189)	(250)
FINEP	TR	90.139	0,99%	1,99%	2,99%	3,99%	(36)	(72)	(107)
Risco sacado	PRE	3.296	15,21%						
359.354							(241)	(384)	(523)

Contratos	Indexador	Saldos em 2023	Cenário atual	Cenário ¹ (+1 p.p)	Cenário ² (+2 p.p)	Cenário ³ (+3 p.p)	Impacto		
							Cenário ¹ + 1 p.p	Cenário ² + 2 p.p	Cenário ³ + 3 p.p
BNDES	IPCA	39.687	10,42%	11,42%	12,42%	13,42%	(179)	(194)	(209)
BNDES	IPCA	6.115	11,22%	12,16%	13,16%	14,16%	(29)	(32)	(34)
BNDES	SELIC	762	15,19%	16,19%	17,19%	18,19%	(5)	(5)	(5)
BNDES	SELIC	3.238	15,19%	16,19%	17,19%	18,19%	(20)	(21)	(23)
BNDES	SELIC	1.961	15,19%	16,19%	17,19%	18,19%	(12)	(13)	(14)
BNDES	TJLP	3.921	9,71%	10,71%	11,71%	12,71%	(17)	(18)	(20)
BNDES	TJLP	221	9,71%	10,71%	11,71%	12,71%	(1)	(1)	(1)
Capital de Giro	CDI	13.403	13,85%	14,85%	15,85%	16,85%	(78)	(82)	(87)
Capital de Giro	CDI	1.511	13,45%	14,45%	15,45%	16,45%	(9)	(9)	(10)
Capital de Giro	IBR	6.333	20,44%	21,44%	22,44%	23,44%	(51)	(54)	(56)
Capital de Giro	IBR	5.503	19,85%	20,85%	21,85%	22,85%	(44)	(46)	(47)
Capital de Giro	TIIE	1.404	15,00%	16,00%	17,00%	18,00%	(9)	(9)	(10)
FINEP	PRE	1.467	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%			
FINEP	TJLP	47.508	8,05%	9,05%	10,05%	11,05%	(172)	(190)	(208)
FINEP	TJLP	180.130	6,41%	7,41%	8,41%	9,41%	(538)	(607)	(676)
FINEP	TR	90.118	3,78%	4,78%	5,78%	6,78%	(176)	(211)	(247)
NCE	CDI	7.913	13,90%	14,90%	15,90%	16,90%	(46)	(49)	(52)
NCE	CDI	20.073	13,85%	14,85%	15,85%	16,85%	(116)	(123)	(131)
Risco sacado	PRE	706	20,85%						
431.974							(1.502)	(1.664)	(1.830)

b) Riscos de crédito

O Grupo está potencialmente sujeito ao risco de crédito relacionado com as contas a receber dos clientes, aplicações financeiras e contratos de derivativos.

Para limitar o risco associado com os ativos financeiros especialmente as aplicações financeiras e contratos de derivativos, a Diretoria do Grupo opta por instituições financeiras de primeira linha, e, portanto, os saldos de conta corrente e aplicações financeiras no montante de R\$233.860 (2023 – R\$303.944) são mantidos em instituições financeiras consideradas de “primeira linha”, sendo a maioria dos bancos classificada como (BB) Standard & Poor’s.

O risco de crédito relacionado ao contas a receber dos clientes é mitigado pela pulverização da carteira de clientes, seleção criteriosa dos clientes por segmento de negócio (animais de produção, animais de companhia e operações internacionais), além da utilização de instrumentos de garantias, estabelecimento de limites individuais de exposição e uma política de crédito bem definida, com utilização de uma modelagem de risco de crédito com atribuição de *rating* para cada cliente, amparada pela experiência de mercado.

A Diretoria do Grupo classifica sua carteira de clientes através de metodologias de análise de risco desenvolvidas internamente com o objetivo de classificar adequadamente o real risco de seus clientes. São atribuídos pesos para cada





variável, entre elas histórico de pagamentos, tempo de relacionamento com o Grupo, tempo da empresa no mercado e entre outras variáveis, e a partir da combinação delas, é definido uma classificação de *rating* para cada cliente. Esta classificação de risco de crédito varia de "AA" (menor risco) até "E" (maior risco).

Os saldos das contas a receber de clientes são classificados conforme quadro abaixo.

	2024	2023
AA	128.296	97.122
A	153.247	108.638
B	21.766	20.091
C	25.624	18.686
D	26.385	19.709
E	352	1.234
	355.670	265.480

O Grupo dispõe de comitê de crédito que estabelece as diretrizes e avalia e monitora os níveis de riscos de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios.

Além dos mitigadores de risco estabelecidos nas políticas de crédito, o Grupo possui apólices de seguro de crédito que cobrem parte de suas vendas.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

c) Riscos de liquidez

A Diretoria do Grupo adota política de gestão de seus ativos e passivos financeiros, cujo acompanhamento é efetuado pela diretoria financeira, por meio de estratégias operacionais visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento das dívidas. A tesouraria monitora diariamente as previsões contidas no fluxo de caixa para assegurar que ela tenha recursos suficientes para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, o Grupo possui linhas de crédito pré-aprovadas disponíveis para aumentar e fortalecer a sua posição de liquidez.

As disponibilidades de caixa são investidas, principalmente, em Operações Compromissadas e CDBs, correspondentes a instrumentos de alta liquidez.

O Grupo mantém sua alavancagem de modo a não comprometer sua capacidade de pagamento e investimentos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre o balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.





Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2024:				
Fornecedores	113.048			
Empréstimos e financiamentos (i)	77.444	69.311	160.646	145.027
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	322			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	31.903			
Partes relacionadas	95			
Arrendamentos (i)	8.118	10.961		
Demais passivos (ii)	84.786	4.229	18.772	
	315.716	84.501	179.418	145.027
Em 31 de dezembro de 2023:				
Fornecedores	74.558			
Empréstimos e financiamentos (i)	125.658	56.182	162.397	200.051
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	181			
Partes relacionadas	338			
Arrendamentos	2.553	2.968		
Demais passivos (ii)	57.681	4.144	14.449	768
	260.969	63.294	176.846	200.819

- (i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos contratuais de caixa não descontados, e, portanto, incluem encargos financeiros futuros, esses valores são diferentes dos valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.
- (ii) São considerados saldos de salários e encargos sociais, tributos a recolher, imposto de renda e contribuição social a pagar, comissões sobre vendas e outros passivos de curto e longo prazo.

28.3 Gerenciamento do capital

Os objetivos da Diretoria do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e oferecer retorno aos acionistas, mantendo uma classificação de crédito forte a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para os acionistas.

A Diretoria do Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para financiar suas operações. O monitoramento do capital é feito com base no grau de alavancagem financeira, medido por meio de indicadores.

Os indicadores de alavancagem 2024 e 2023 podem ser assim sumariados:

	Nota	Consolidado	
		2024	2023
Empréstimos e financiamentos	15	359.354	431.974
Instrumentos financeiros derivativos			181
Caixa e equivalentes de caixa	6	(233.957)	(304.029)
Dívida líquida		125.397	128.126
Patrimônio líquido	17	756.419	689.395
Total do capital		881.816	817.521
Índice de alavancagem financeira %		14,22	15,67



**29. SEGMENTOS OPERACIONAIS**

O Conselho de Administração é o principal tomador de decisões e definiu os segmentos operacionais com base na tomada de suas decisões estratégicas sobre os negócios. Esses segmentos são:

- Animais de produção - comercialização no mercado interno de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para bovinos, suínos, aves, ovinos, equinos e caprinos.
- Animais de companhia - comercialização no mercado interno de medicamentos e outros produtos veterinários para cães e gatos.
- Operações internacionais - comercialização no mercado externo, principalmente para América Latina, de medicamentos, vacinas e outros produtos veterinários para animais de produção e de companhia.

A fabricação dos produtos ocorre nas instalações industriais nas cidades de Cravinhos e Campinas, ambas no estado de São Paulo.

As vendas são bastante pulverizadas, desta forma não há clientes que representem mais do que 10% da receita líquida.

Os ativos e passivos, as despesas gerais e administrativas, as despesas com pesquisa e inovação, as outras receitas (despesas), líquidas, o resultado financeiro e o imposto de renda e a contribuição social são analisados de forma conjunta e, por isso, não estão sendo apresentados por segmentos de negócio.

Os resultados por segmentos são os seguintes:

	2024				Total
	Segmentos de negócios				
	Animais de produção	Animais de companhia	Operações internacionais	Gastos não alocados	
Receita	739.292	156.138	129.362		1.024.792
Custos das vendas	(407.718)	(50.555)	(48.834)		(507.107)
Lucro bruto	331.574	105.583	80.528		517.685
Despesas com vendas	(150.182)	(33.125)	(43.194)		(226.501)
Resultado por segmento	181.392	72.458	37.334		291.184
Despesas com pesquisas e inovação				(49.448)	(49.448)
Despesas gerais e administrativas e outras despesas				(54.904)	(54.904)
Resultado financeiro				(9.729)	(9.729)
Imposto de renda e contribuição social				(42.774)	(42.774)
Resultado não segmentado				(156.855)	(156.855)
Lucro líquido do exercício					134.329



Ourofino S.A.

(anteriormente denominada Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.) Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma



	2023				Total
	Segmentos de negócios				
	Animais de produção	Animais de companhia	Operações internacionais	Gastos não alocados	
Receita	680.805	134.053	128.423		943.281
Custos das vendas	(405.193)	(45.657)	(60.698)		(511.548)
Lucro bruto	275.612	88.396	67.725		431.733
Despesas com vendas	(141.615)	(32.969)	(41.026)		(215.610)
Resultado por segmento	133.997	55.427	26.699		216.123
Despesas com pesquisas e inovação				(59.696)	(59.696)
Despesas gerais e administrativas e outras despesas				(75.416)	(75.416)
Resultado financeiro				(26.759)	(26.759)
Imposto de renda e contribuição social				(104.228)	(104.228)
Resultado não segmentado				(266.099)	(266.099)
Prejuízo do exercício					(49.976)

A composição, por país, das receitas do segmento de operações internacionais está apresentada a seguir:

	2024	2023
Colômbia	44.791	36.774
México	38.586	40.835
Honduras	7.977	5.203
Bolívia	7.200	7.447
Equador	7.023	6.074
Costa Rica	5.871	2.903
Paraguai	5.837	5.972
Guatemala	3.095	2.759
Espanha		8.172
Uruguai		4.975
Outros	8.982	5.459
	129.362	128.423

